

Remova a Mordação: Apóie o Aborto Seguro na África

Data: 16/04/03

Por: Elizabeth Maguire

Comentário Women's ENews.



De 70.000 mortes mundiais por aborto inseguro, quase a metade ocorre na África. Por essa razão, precisamos apoiar o bravo apelo da África contra a Lei da Mordação instituída pelo governo Bush.

Nota do Editor: O texto seguinte é um comentário. As opiniões expressadas são da autora e não necessariamente expressam a visão da Women's ENews.

(WOMEN'S ENEWS) Mundialmente, o aborto inseguro é o responsável pela morte de aproximadamente 70.000 mulheres, todos os anos. Quase metade dessas mortes e incontáveis danos relacionados ocorrem na África. Na Etiópia, mais mulheres morrem nos hospitais por complicações do aborto - geralmente ilegal inseguro que qualquer outra causa, diz a Organização Mundial de Saúde. Na Etiópia, assim como outros países, a maioria das mulheres afetadas são muito pobres e muito jovens.

Essas mortes são perfeitamente evitáveis, principalmente porque já existe tecnologia e conhecimento suficientes para cessar mortes por abortamento inseguro. Existem porém, alguns setores que estão no poder inclusive o governo norte-americano, algumas agências de doações internacionais e vários políticos africanos que tem falhado na implementação de ações eficazes. O mundo poderia se ver livre desse flagelo se os líderes políticos mostrassem compaixão para com as mulheres que são vítimas do aborto inseguro, reformassem leis restritivas e investissem os modestos recursos necessários a fim de disponibilizar serviços mais seguros.

Com este objetivo, gostaria de revisar os recentes acontecimentos do começo de março, quando as atenções e ansiedades do mundo estavam todas concentradas em impedir a guerra no Iraque.

Convocado em Addis Ababa, Etiópia, um grupo de mais de 100 profissionais altamente qualificados, tais como: líderes de saúde africanos, advogados, defensores das causas das mulheres e outros; representando os 15 países africanos, reuniam forças em outra batalha uma campanha para salvar vidas de mulheres. Esse grupo tomava conhecimento das trágicas conseqüências do aborto inseguro para a mulher africana, sua família e comunidade. Os participantes citaram as leis restritivas ao aborto e a falta de serviços de aborto seguro como as principais razões pelas quais tantas mulheres morrem ou são prejudicadas pelo aborto inseguro.

Apesar de tudo, quando executado por profissionais médicos qualificados em condições higiênicas, o aborto é um dos procedimentos médicos mais seguros que existe.

A Lei da Mordação Leva à Gravidez Não Desejada

De tempos em tempos, os participantes direcionavam a atenção para o impacto prejudicial da Lei da Cidade do México do Governo dos Estados Unidos (assim chamada por ter sido introduzida durante a Conferência Internacional de População na capital mexicana). Também conhecida como a “Lei Global da Mordação”, essa lei nega assistência ao planejamento familiar para grupos que proporcionem aconselhamento ao abortamento, serviços legais de abortamento; exceto em circunstâncias muito restritas como nos casos de estupro, incesto e perigo imediato para a vida da mulher; ou participem de debates políticos envolvendo o aborto.

Os peritos reunidos em Addis sabem de primeira mão através de experiência própria, que essas restrições

impedem os esforços ao combate do aborto inseguro, pois reduzem a disponibilidade de serviços contraceptivos de prevenção à gravidez não desejada. Na Etiópia e Quênia, por exemplo, os cortes dos fundos americanos para organizações de planejamento familiar tiveram como consequência severas reduções em serviços, inclusive levando ao fechamento de clínicas. Os serviços nas comunidades rurais foram os mais atingidos.

Ao contrário das intenções daqueles que a apóiam, a Lei Global da Mordaça leva, na verdade, a mais gravidezes não desejadas, mais abortos inseguros, e mais mortes e lesões de mulheres e garotas.

A Lei Global da Mordaça do governo Bush impõe um compromisso moral nos países em desenvolvimento que não só gera conflitos com valores e práticas locais em muitos países, mas também prejudica seus povos especialmente as mulheres. Em vários países africanos, por exemplo, onde as leis locais permitem o aborto caso a gravidez coloque em risco a saúde da mulher, a Lei da Mordaça impede que instalações recebam fundos dos Estados Unidos a fim de providenciarem aconselhamento ou serviços de aborto seguro nessa circunstância. Além disso, a adesão à lei previne que muitas organizações e defensores da saúde da mulher participem de reuniões que discutam reformas nas leis de aborto em diversos países.

Ao final da conferência, os participantes do evento de Addis sentiram-se compelidos por suas consciências a se oporem à Lei da Mordaça, não apenas em seus corações, mas no comunicado escrito por eles. Nesse comunicado eles proclamaram o basta e clamaram aos seus governos a fazerem o mesmo esse, definitivamente, não foi um pequeno passo para esses líderes.

Infelizmente, não é de todo inconcebível, que ao manifestarem sua opinião, possam gerar repercussões negativas, tanto para esses indivíduos como para organizações; inclusive desaprovação profissional, perda de financiamentos e empregos. Esse risco é exatamente o que tem mantido tantos profissionais de saúde ao redor do mundo (muitos inclusive nos Estados Unidos) de se manifestarem contra a Lei Global da Mordaça.

Como ex-executiva senior de planejamento familiar para a Agência Norte-Americana de Desenvolvimento Internacional durante a era Regan-Bush quando essa mesma lei estava em vigor sei muito bem a angústia pessoal por ser obrigada a cumprir leis que contradizem com suas convicções pessoais e julgamento profissional.

Considerações para outras recomendações que salvem vidas

O comunicado da conferência de Addis inclui várias recomendações significativas, que se fossem levadas a sério pela comunidade internacional, poderiam salvar dezenas de milhares de mulheres. Uma delas seria que os governos cumprissem com suas obrigações em fazer do aborto seguro um serviço disponível às mulheres nas circunstâncias aprovadas pelas leis locais, como nos casos de estupro, incesto ou para salvar a vida da mulher. Todos os países africanos permitem que o aborto seja induzido em algumas circunstâncias e todos têm concordado em endereçar uma maior importância ao aborto inseguro dentro da saúde pública, tomando medidas como o incremento ao acesso de informações sobre métodos contraceptivos e serviços legais de aborto seguro.

Além disso, o comunicado de Addis salienta que “até o momento em que as mulheres possam fazer suas escolhas reprodutivas de uma maneira segura; menores índices de pobreza e desenvolvimento econômico não poderão ser alcançados”. Recentemente adotada a proposta do “Millennium Development Goals” (Objetivos de Desenvolvimento para o Milênio) que inclui o objetivo de reduzir mortes relacionadas à gravidez em 75% até o ano de 2015 não inspira esperanças em ser concretizada, a não ser que o aborto inseguro, uma das principais causas de mortalidade, seja adequadamente revisto.

Os participantes da primeira conferência regional em aborto inseguro mostraram coragem e uma clara visão ao levarem em consideração um dos mais sensíveis aspectos políticos mundiais da atualidade. Eles

merecem a gratidão e respeito de todos aqueles que se preocupam com a saúde reprodutiva e direitos da mulher em todo o mundo por se manifestarem publicamente contra o governo Bush e suas leis prejudiciais anti-escolha.

O aborto sempre ocorreu e continuará ocorrendo em todas as sociedades. O desafio, imperativo, é fazê-lo de maneira segura e acessível. Pesquisas indicam que 46 milhões de abortos ocorrem todos os anos; mundialmente falando, uma mulher comum terá pelo menos um aborto em toda sua vida. Por trás das estatísticas numéricas, estão as mulheres de nossas vidas reais, como nossas mães, irmãs, filhas e esposas.

Para defender os direitos dessas mulheres em adquirirem uma escolha reprodutiva segura, devemos todos apoiar o esforço alheio, especialmente na África, aonde o aborto inseguro causa os maiores danos.

Elizabeth Maguire é presidenta e chefe executiva de Ipas, além de ex diretora da Divisão de População da Agência Norte-Americana para o Desenvolvimento Internacional.

Para maiores informações:

Ipas: Protegendo a Saúde da Mulher, Avançando Direitos Reprodutivos da Mulher:

<http://www.ipas.org/>

Amanitare: Associação Africana para Saúde Sexual e Reprodutiva e Direitos de Mulheres e Garotas:

<http://www.amanitare.org>

Rede Regional de Prevenção à Mortalidade Materna:

<http://www.rpmm.org>